

Teologia da Libertação*

Walter Altmann

I – DEFINIÇÃO

A teologia da libertação intenta "uma reflexão, a partir do evangelho e das experiências de homens e mulheres comprometidos com o processo de libertação neste subcontinente de opressão e espoliação que é a América Latina. Reflexão teológica que nasce dessa experiência compartilhada no esforço em prol da abolição da atual situação de injustiça e da construção de uma sociedade diferente, mais livre e humana". Essa definição introduz o livro *Teologia da Libertação*, do sacerdote peruano Gustavo Gutiérrez, obra entrementes já clássica da teologia latino-americana. Segundo ela, tal teologia é o ouvir e refletir do evangelho por parte de quem se encontra numa situação de opressão, mas em luta por uma sociedade justa e fraterna. Rejeita como ideológico e idolátrico um "evangelho" que não lhe fale nessa situação concreta e não a inspire nessa luta. Abandona como acadêmica e alienante uma teologia que se satisfaz com uma curiosidade intelectual e tenta fazer jus ao imperativo autárquico e competitivo de esmiuçar seus conhecimentos em detalhes cada vez mais insignificantes, sem ter um compromisso na vivência do povo de Deus.

II – ORIGENS

De onde provém e como se desenvolve essa teologia da libertação? Historicamente ela começou a despontar durante os estudos preparatórios da II Conferência Geral dos Bispos (católicos) Latino-Americanos, realizada em Medellín, Colômbia, em 1968. Sentiu-se encorajada pelas conclusões desse encontro e se expandiu rapidamente desde então. O luterano Albrecht Baeske (Brasil) compara essa teologia a uma planta que cresce em solo latino-americano, mas que de bom grado recebe a visita das abelhas (utilizando uma outra figura, esta tomada de W. A. Visser't Hooft, neste em referência ao ecumenismo).

* O presente artigo foi escrito por solicitação de revista ecumênica alemã concernente a problemas de desenvolvimento e participação das igrejas. Esperava-se uma sucinta mas ampla informação quanto a origens, características e particularidades da teologia da libertação latino-americana. O artigo foi publicado sob o título *Evangelium für Unterdrückte. Zur Theologie der Befreiung*, em: *der überblick*, ano 14 (1978, nº 2), pág. 13-17. O cunho da revista requereu a dispensa de anotações bibliográficas.

As raízes dessa planta chamada teologia da libertação se encontrariam

1) no movimento continental de libertação em face da "situação insustentável de miséria, alienação e privação, na qual vive a maioria da população latino-americana" (Gutiérrez) e

2) no conceito bíblico de libertação, expressão privilegiada (como outras épocas e situações privilegiaram os conceitos de salvação, reconciliação, justificação etc.), embora não excludente, para o acontecimento de Cristo com os homens, "dádiva total que atinge todos os níveis vitais e que dá a todo processo de libertação seu sentido profundo e sua total e imprevisível realização" (Gutiérrez).

Abelhas estrangeiras que visitaram tal planta (para continuar na figura empregada por Baeske) e assim contribuíram para sua expansão, teriam sido, entre outras:

1) a teologia do senhorio real de Cristo (**Königsherrschaft Christi**) de Karl Barth e – assim acrescento – o desafio inspirador de Dietrich Bonhoeffer, que lhe contribuíram para agudizar a necessidade de obediência do cristão a Cristo contra falsos senhores;

2) a teologia da esperança de Jürgen Moltmann, que lhe enfatizou ser Cristo não apenas consolo no sofrimento mas também o protesto de Deus contra o sofrimento, que a paz com Deus significa falta de paz com o mundo, que a esperança do futuro de Deus se antecipa aqui e agora mediante sinais; e

3) a conferência Igreja e Sociedade, em Genebra, em 1966, que desenvolveu a teologia da revolução, ajudando-lhe a divisar a injustiça institucionalizada e a cumplicidade profunda das igrejas, bem como a necessidade de transformações radicais.

III – O ESPECÍFICO

Embora essas e ainda outras influências (particularmente da tradição católica e da teologia política), seria errôneo considerar a teologia da libertação como uma variante exótica das teologias acima mencionadas. Sem dúvida, a teologia da libertação é também um aprofundamento e radicalização daqueles influxos teológicos. Mas não reside aí sua especificidade. Se assim fosse, ter-se-ia ainda aquelas teologias norte-atlânticas como o padrão, pelo qual uma teologia "sub-desenvolvida" seria medida, ou então, na melhor das hipóteses, do qual a teologia da libertação seria o braço estendido em terras longínquas...

A teologia da libertação deve em primeiro lugar ser entendida em seus próprios pressupostos. Evitar-se-á assim entendê-la e julgá-la como variante (geralmente defeituosa) daquelas teologias acima mencionadas, cada vez que se encontrar alguma analogia, evidentemente existente em bom número. Em que consiste, pois, o específico dessa teologia? Eu diria que ele consiste na clareza, na constância e na consequência com que aqui se ligam a) a análise da realidade, b) a reflexão teológica e c) as considerações pastorais. A teologia da libertação é por vezes questionada em sua análise da realidade ou então criticada em sua argumentação teológica. Raramente se toma em consideração aí suas considerações pastorais. Isso contradiz sua asserção fundamental de que a teologia deve ser uma reflexão sobre a prática, uma "praxeologia" (Hugo Assmann, sacerdote brasileiro). Sigamos agora, metodologicamente, passo por passo:

1. Análise da realidade

O primeiro dado fundamental é que a teologia da libertação cresce na América Latina. Não me refiro à constatação banal de que os teólogos da libertação vivam e atuem no continente latino-americano.

Refiro-me ao fato de que o momento histórico, a localização geográfica, as vinculações econômicas, os regimes políticos e as estratificações sociais da América Latina são a perspectiva, dentro da qual aí se faz teologia. No espaço norte-atlântico gosta-se de falar da interdependência entre as nações, no mundo atual. Aqui se fala de **dependência**. Em ambos os casos encara-se a mesma realidade, todavia com uma ótica diversa. Aqui se olha não a partir do lado de quem se beneficia, mas de quem sofre.

O que diz a teoria da dependência? Ela afirma, em primeiro lugar, que a existência de países desenvolvidos e subdesenvolvidos não é coincidência ou fatalidade, muito menos expressão de diferentes estágios de evolução em diferentes sociedades. Ao contrário, tais países se requerem mutuamente (nesse sentido sim: interdependência!). Países desenvolvidos requerem subdesenvolvidos, e países subdesenvolvidos servem a desenvolvidos.

Demos um exemplo. O consumo de energia dos países desenvolvidos é simplesmente uma impossibilidade natural para todo o mundo. Entrementes, isso já é de conhecimento geral, agora que se divisam os limites últimos das reservas naturais. Contudo, os povos subdesenvolvidos já sempre sofreram sob restrições, impostas como discriminação. Queria-se realmente entre os desenvolvidos o desenvolvimento dos subdesenvolvidos, se o próprio modelo

de desenvolvimento era simples e totalmente impraticável? Na teologia da libertação os países desenvolvidos são designados de cênicos, os subdesenvolvidos de periféricos. Os países periféricos são fornecedores baratos dos países cênicos (reservas naturais, produtos primários e mão-de-obra) e recebedores indefesos dos padrões de consumo, produção pesada, sistemas de produção superados, tecnologia e capitais espoliadores.

Em segundo lugar, a teoria da dependência afirma a existência nos próprios países desenvolvidos de setores periféricos, bem como de setores cênicos nos países subdesenvolvidos. Isto é, devido à concentração de capital e de poder, há nos países desenvolvidos parcelas da população que, embora se beneficiando da espoliação em termos mundiais, são marginalizadas e exploradas em seus próprios países. São, por assim dizer, o Terceiro Mundo dentro do Primeiro (e Segundo) Mundo. De outra parte, existem nos países subdesenvolvidos parcelas minoritárias da população que acompanham os padrões de consumo e estilo de vida das classes correspondentes nos países desenvolvidos. Invariavelmente, detêm o poder em seus países. São, por assim dizer, o Primeiro Mundo dentro do Terceiro Mundo.

Em terceiro lugar, a doutrina da dependência afirma que existe uma aliança sistêmica entre os países desenvolvidos e as minorias privilegiadas nos países subdesenvolvidos. (A necessária solidariedade mútua dos espoliados, de um e outro lado, se dá com muito maior dificuldade, devido às diferenças relativas entre si, bem como à insegurança de vida, o que permite sejam jogados uns contra os outros, por exemplo como competidores de mão-de-obra.) Eis aí o motivo por que os países desenvolvidos, mesmo tendo uma ordem "democrática", apóiam regimes ditatoriais, quando isso lhes convém economicamente (vide acordo nuclear Brasil-Alemanha!), e também (!) por que favorecem regimes "democráticos", quando os ditatoriais se lhes tornarem por demais sólidos e unidos, e portanto incertos (vide política de J. Carter).

Em quarto lugar, a teoria da dependência afirma que o sistema obedece à lei intrínseca, segundo a qual as injustiças, discriminações e espoliações não só são mantidas, mas necessariamente acentuadas, embora periódicas adaptações. Com um jogo de palavras, poder-se-ia dizer que os modelos de desenvolvimento, desenvolvidos pelos desenvolvidos (seja nos países cênicos ou pelas minorias nos países periféricos) para os subdesenvolvidos, não passam de "desenvolvimento do subdesenvolvimento" (Celso Furtado, sociólogo e economista brasileiro). Em parte alguma, possivelmente, isso pode ser visto tão claramente como no Brasil, exaltado como modelo de desenvolvimento, sim, como "milagre" econômico (quanto cinismo!).

Continuo a exemplificar com o Brasil: todas as estatísticas, inclusive as oficiais, são unânimes em demonstrar que paralelamente ao "desenvolvimento" econômico ocorreu uma intensificação da concentração de renda e sobretudo de propriedade, que juntamente com os investimentos estrangeiros se solidificaram os canais de evasão crescente de produtos e divisas nacionais: Isto é: o nível de desenvolvimento está em relação direta ao nível de concentração de renda interna e espoliação externa. Quer dizer: o trabalhador brasileiro financiou, com sua pauperização, o "milagre" econômico brasileiro. O Brasil também é um exemplo claro de que isso não pode mudar dentro do presente sistema: o país precisa exportar desesperadamente para fazer frente à sua crescente dívida externa. Para exportar mais, o custo da mão-de-obra precisa ser mantido no limite da subsistência mínima. Isto é: o Brasil exporta, além de seus recursos naturais, a mão-de-obra barata, para pagar aquelas divisas ingressantes que por sua vez virão acentuar sua dívida externa... Um círculo vicioso sem fim, que o país tão-somente procura contrabalançar precariamente estendendo, por sua vez, o seu domínio sobre países vizinhos ainda mais periféricos (como Bolívia e Paraguai).

Sem poder entrar em detalhes agora, é contudo claro que, nesse contexto, regimes opressores e infrações aos direitos humanos de modo algum podem ser considerados como fenômenos casuais. Inversamente, eventuais liberalizações políticas (que no Brasil são perfeitamente possíveis, como frutos obtidos por ampla reivindicação popular) ainda não implicam na modificação das estruturas econômicas e sociais. A teologia da libertação sabe ser a teologia de um processo, na luta por uma ordem nacional e internacional realmente nova (e não apenas renovada). Projetos de "desenvolvimento" não deveriam ser avaliados segundo o critério de ajuda a pessoas individuais ou mesmo a grupos isolados, mas de acordo com a possibilidade de serem, para os privilegiados doadores, canais de conversão e gestos de solidariedade com seres humanos que sofrem e buscam libertação.

2. Reflexão Teológica

Premissa indispensável de uma autêntica teologia da libertação é a "libertação da teologia" (Juan Luis Segundo, jesuíta uruguaio). Ela deverá encontrar sempre de novo seu lugar no contexto do povo de Deus, abandonando a posição de mestra. Como reflexão sobre a práxis e a partir dela, deve renunciar àquela pretensa "objetividade" que a distancia intelectual-cientificamente daquelas situações em que a comunidade cristã deve viver o evangelho. Teologia cristã só existe como envolvida, presente, participante, e assim reflete também a partir e sobre o evangelho, a

Escritura e a Tradição. Sabe-se que o evangelho contém uma riqueza maior do que aquilo que o entendimento alcança, também que ele transcende aquelas percepções que são colhidas a partir de situações dadas. No entanto, sabe-se sobretudo que o evangelho não é obtido abstratamente, mas sempre só mediado pela realidade. Isso acarreta para a teologia mais do que um compartilhar crítico da fé da igreja, ou seja, uma inserção crítica na vida, angústia, sofrimento, anelos, esperança e luta da comunidade cristã e do povo. A teologia não pode se alçar com neutralidade acima dos conflitos que dividem e dilaceram o mundo (e a América Latina em particular), mas deve efetuar sua opção dentro deles e assim, como liberta, contribuir para a libertação.

Assim, "libertação" torna-se uma chave para a compreensão e vivência do evangelho em nosso tempo. Nessa perspectiva podem e devem ser reexaminados os temas clássicos e que tradicionalmente têm ocupado a teologia e a igreja. Esse é um processo em andamento (sobretudo em Juan Luis Segundo e Leonardo Boff). Não posso agora expor como, por exemplo, nesse contexto se desenvolve a doutrina de Deus, dos sacramentos etc. Limito-me a destacar brevemente alguns pontos particularmente significativos.

O ser humano é visto como um ser social, histórico. Nunca existe desligado de suas relações e situações. Conseqüentemente, ele também é sempre um ser político. Ser histórico, portanto, não significa simplesmente que ele deve se decidir e chegar à sua autenticidade, mas que ele já sempre tem uma posição na história e na sociedade, podendo assumi-la, impulsioná-la ou então transformá-la conscientemente e em ação. É por isso também que a teologia da libertação tem em mente, antes do que o ser humano como indivíduo (sem, no entanto, omitir sua dignidade como criatura de Deus e, portanto, sem esquecer o tema dos direitos humanos) a realidade do povo. Há um esforço de "libertação da teologia" para ouvir o povo, entender como este vê sua situação, aprender de seu sofrimento e de sua luta. Não se trata de mitizar o "povo", mas sim de renunciar ao "monopólio" de conhecimento dos teólogos e "sábios". Sabe-se que o evangelho não se dilui nos valores já dados e assumidos pelo povo, mas assume-se com conseqüências que o evangelho tão-somente dentro do contexto da realidade do povo também abre a este a dimensão crítica aos valores e poderes que o paralisam, lhe discortina o horizonte da história de Deus (que é a sua verdadeiramente) e assim lhe proporciona a força e o impulso do amor para superar situações de injustiça e opressão. Assim, também se renuncia à abordagem pastoral "populista" (para o que o passado político da América Latina fornece bons exemplos), em que o povo é manipulado por seus líderes. Ao contrário, a dedicação ao

povo se concretiza na inserção e participação naqueles grupos e movimentos populares que atuam como fermento. (Juan Luis Segundo escreveu um livro com o título característico de *Massas e Minorias*). Assim, também têm surgido em toda parte da América Latina "comunidades eclesiais de base", do que se relatará mais abaixo.

A história é vista como uma única história de Deus e da humanidade. Isso significa, em primeiro lugar, que todos nós – por certo em lugares diferentes e sobretudo em lados diferentes – nos encontramos no mesmo ponto do processo histórico. A seguir, a história é caracterizada por ter um alvo no reino de Deus, em "um novo céu e uma nova terra", onde todas as formas de pecado, alienação e injustiça encontrarão um fim. Tais poderes são derrotados já aqui, quando o amor toma partido, fazendo-se solidário com os pobres, os necessitados e os que sofrem injustiça, convertendo-se assim ao caminho e à luta dos oprimidos. (Tal conversão é também concretamente a "possível impossibilidade" dos ricos e poderosos, segundo Lucas 18,24 ss.). Em Jesus Cristo esse amor já está presente como dádiva da libertação, que assim "dá a todo processo de libertação seu sentido profundo e seu cumprimento pleno e imprevisível" (Gutiérrez).

3. Considerações pastorais

Sob as pressuposições acima mencionadas, a organização e a atividade pastoral foram abaladas em toda parte. É bem verdade que elas continuam, mas as prioridades foram colocadas de modo diverso e surgem novidades decisivas. A pregação, a catequese e a missão assumem outra configuração. Não um chamado de "mão única", mas um colocar-se conjuntamente sob o chamado do evangelho. Não transmissão de matéria, mas a "pedagogia dos oprimidos" (Paulo Freire, pedagogo brasileiro), os quais no processo de conscientização se tornam conscientes (e não são conscientizados!) de sua situação e suas possibilidades. Não a procura de pessoas que se afastaram da igreja, mas uma procura da justiça, em comum com os marginalizados.

É marcante como atualmente isso ocorre nas "comunidades eclesiais de base". Trata-se da formação (melhor, talvez: surgimento espontâneo) de pequenos grupos, que passam a viver conjuntamente sua fé, seu culto a Deus, seu estudo da Bíblia, sua vida, sofrimento, esperanças e lutas. A estrutura paroquial de comunidade é superada. As pessoas despertam de sua passividade opressivamente aprendida e assumida, se solidarizam no sofrimento, dão testemunho de suas esperanças e tomam, mediante decisões

próprias, em suas mãos seu próprio destino. Ocorre comunhão. Demo-nos conta da existência de uma situação, na qual as pessoas estão permanentemente expostas a um poder opressor, no trabalho, na escola, diante do aparelho de televisão, em particular na política, um poder que não deseja sua participação mas sua utilização, não sua crítica mas sua concordância, não suas alternativas mas sua cooperação sem resistência, para obtermos uma sensação do que significa que em 1974 apenas no Brasil já havia mais do que 40.000 (hoje são muito mais) de tais comunidades eclesiais de base. Gostaria de representar sua função num exemplo concreto, que poderia ser variado e multiplicado com facilidade.

Há alguns anos o arcebispo da Paraíba, um dos estados de miséria do Nordeste brasileiro, Dom José Maria Pires (diga-se, de passagem, tratar se de um dos pouquíssimos negros entre os bispos brasileiros), colocou a prioridade pastoral na formação de pequenos grupos, com o alvo de conjuntamente celebrar o culto a Deus, ler a Bíblia e falar sobre sua vida. Motivava a esse bispo, anteriormente relativamente conservador, o amor às pessoas pobres e o desejo de fortalecê-las na fé. Eis que rapidamente se constituíram em toda parte tais grupos, como se só estivessem esperando o ensejo de sua formação. Muito logo, o arcebispo se viu confrontado com o fato de que os grupos passaram a falar não somente sobre seus problemas, mas também sobre a causa de seus problemas, não somente de modo genérico sobre a dádiva do evangelho, mas também sobre a esperança e a coragem, para as quais o evangelho liberta. De outra parte, também começou a pressão por parte dos poderosos (sobretudo pelos latifundiários) contra essa "atividade subversiva". O movimento estaria escapando ao controle do bispo, devido às iniciativas irresponsáveis de sacerdotes e freiras comunistas, e assim por diante. O arcebispo não se deixou abalar, estava disposto a aprender com os pobres. Os inúmeros relatos de infrações aos direitos humanos, concretamente a direitos que até mesmo estão assegurados na legislação brasileira, exigiram um passo adicional. Na capital, João Pessoa, foi constituído um Centro de Defesa dos Direitos Humanos, no qual atuam apenas um sacerdote, uma psicóloga e um advogado. Nos últimos dois anos (1976 e 1977) o centro lidou com mais de 10.000 casos de infrações dos direitos humanos. Praticamente impossível, pensar-se-ia. No entanto, acontece que o centro se propôs claramente a não assumir ele mesmo os casos, mas a encorajar as pessoas implicadas e (!) a suas comunidades de base, a defenderem (ou talvez melhor: conquistarem) elas mesmas seus direitos. O centro recebe os relatos, dá aconselhamento jurídico quanto às possibilidades legais, encoraja os implicados a tomarem eles próprios os passos necessários e freqüentemente perigosos, não os abandona porém, mas lhes pede que relatem

outra vez a respeito dos resultados, encorajando-os eventualmente a novos passos, cogitando com eles de possibilidades de ampliação de ação.

Fazem-se anotações do caso, seja com um resultado positivo, seja também com um negativo. Algumas dessas descrições são remetidas às comunidades de base como "material de estudo", segundo o esquema simples de caso – medidas tomadas – resultados – questões de reflexão. Somente assim o caso se torna transparente em suas conexões globais ("entre nós também há casos assim!") e surge um movimento de solidariedade e esperança, ou então são descobertas as causas para um eventual fracasso. Simultaneamente, o povo passa a exercitar organização participatória e ação comum. Esta também é, provavelmente, a única chance de quebrar a "espiral da violência" (Dom Hélder Câmara).

Politização da igreja? Ora, aí a vida é assumida em sua unidade. O político pertence ao **culto** e ao **serviço** de Deus. Precisamente em João Pessoa, por ocasião de um encontro do Movimento Justiça e Não-Violência (Firmeza Permanente), tive também oportunidade de participar de um culto com celebração da eucaristia. Três horas praticamente não foram suficientes para esses camponeses e operários sem posses (também estudantes), junto com seus sacerdotes e freiras. A missa, sob a presidência do arcebispo, seguiu a seqüência litúrgica, mas foi livremente elaborada em sua forma pela comunidade. Orações espontâneas, partilha da palavra de Deus, e novos hinos davam testemunho descontraído da fé, mas também das necessidades e das esperanças dessas pessoas. No centro, o Cristo crucificado, que nos liberta, e o povo espoliado, que busca libertação. Quanta força simbólica há quando toda a comunidade, juntamente com seu arcebispo (também ele!), seguindo proposta feita por um participante, tira sandálias e sapatos, e sentada no chão, ao ar livre, dá forma ao culto, a fim de sentir o frio e o calor da terra, e não pisotear os direitos do povo. Que clareza tem a morte sacrificial de Cristo, na qual participamos, se os elementos são levados ao altar por aqueles que já estiveram na prisão (um que para tanto fora convidado, por engano, confessou "ainda não ter tido essa honra", pôde porém representar seu irmão ainda preso).

Aí a experiência da libertação em Cristo capacita ao sofrimento na libertação do povo. Não surpreende que os poderosos já temam a fraqueza sofredora dos oprimidos (Lucas 1,51 ss.).